
POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS NO BRASIL: revisão sistemática da literatura sobre abordagens, metodologias e tendências

*Information Policies in Archives in Brazil: a systematic literature review on approaches, methodologies,
and trends*

**François Braga de Azevedo Filho (1), Gustavo Henrique de Araújo Freire (2),
Márcia Maria de Medeiros Travassos Saeger (3)**

(1) Universidade Federal da Paraíba, Brasil, francois.braga@gmail.com

(2) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, ghafreire@gmail.com

(3) Universidade Federal da Paraíba, Brasil, marciatsaeger@yahoo.com.br



Resumo

A pesquisa trata de uma revisão sistemática de literatura sobre políticas de informação em arquivos, buscando identificar como essa abordagem temática vem sendo desenvolvida no Brasil, em especial nas Instituições Federais de Ensino Superior, dessa forma o trabalho objetiva explorar as evidências disponíveis na literatura científica sobre o desenvolvimento, a aplicação e os conceitos relacionados às políticas de informação no contexto arquivístico, com foco nas instituições brasileiras, as abordagens e terminologias utilizadas na literatura para a aplicação de políticas de informação em arquivos, identificando tendências, metodologias, técnicas e enfoques recorrentes nas pesquisas acadêmicas sobre políticas de informação em arquivos, os impactos relatados dessas políticas em diferentes cenários arquivísticos, destacando desafios e contribuições; padrões, lacunas e perspectivas futuras nos estudos sobre políticas de informação no contexto arquivístico. A pesquisa tem caráter exploratório, descritivo e de caráter bibliográfico, buscando eficiência nos resultados de busca por meio de inteligência artificial. O resultado deste estudo demonstra a escassez de pesquisa que aborde a relação entre políticas de informação e arquivos, e que muitos termos são tratados como sinônimos na literatura e sendo confundidos em suas finalidades.

Palavras-chave: Políticas de informação; Políticas arquivísticas; Políticas de informação em arquivos; Revisão sistemática de literatura.

Abstract

This research presents a systematic literature review focused on information policies in archives, aiming to identify how this type of study has been developed in Brazil, particularly within federal higher education institutions (IFES). The study seeks to explore the available evidence in the scientific literature regarding the development, application, and concepts related to information policies in the archival context, with emphasis on Brazilian institutions. It examines the approaches and terminologies employed in the literature for applying information policies in archives, identifying trends, methodologies, techniques, and recurrent perspectives in academic research on the subject. Additionally, it highlights the reported impacts of these policies in different archival settings, emphasizing challenges and contributions, as well as patterns, gaps, and future perspectives in the study of information policies in archives. The research is exploratory, descriptive, and bibliographic in nature, employing artificial intelligence tools to enhance the efficiency of the search results. The findings reveal a scarcity of studies addressing the relationship between information policies and archives, as well as the frequent use of terms as synonyms in the literature, often leading to confusion regarding their purposes.

Keywords: Information policies; Archival policies; Information policies in archives. Systematic Literature Review

1 Introdução

As Políticas de Informação (PI) desempenham um papel estratégico ao orientar instituições na definição de práticas que promovam eficiência, acessibilidade e gestão da informação, atendendo às demandas de diferentes públicos. No contexto das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a gestão da informação arquivística destaca-se como uma área essencial, ao integrar exigências legais e normativas com a preservação da memória institucional e o suporte à tomada de decisão. Contudo, a literatura científica ainda apresenta lacunas significativas no que se refere à aplicação e ao desenvolvimento de políticas de informação no âmbito arquivístico, especialmente no Brasil, onde o tema carece de desenvolvimento e maior sistematização e aprofundamento acadêmico.

O estudo encontra-se estruturado em cinco seções, a introdução que contextualiza o cenário e discussões a respeito das políticas de informação nas IFES, seguida da metodologia, definindo os critérios de inclusão e exclusão, as bases de dados selecionadas e os procedimentos de busca. Na terceira seção, são apresentados e discutidos os resultados da revisão sistemática, com destaque para abordagens conceituais, metodologias recorrentes e tendências identificadas na literatura. A quarta seção sintetiza os principais achados com a análise dos dados, discutindo suas implicações

para a prática arquivística e proposição de caminhos para pesquisas futuras no campo da informação, por fim as considerações finais.

O desenvolvimento da pesquisa está norteado pelas seguintes questões: como as políticas de informação vêm sendo estudadas no âmbito arquivístico no Brasil? Quais abordagens conceituais, metodológicas e práticas são relatadas na literatura, e que lacunas e tendências podem ser identificadas?

O objetivo geral deste estudo é analisar as evidências disponíveis na literatura científica sobre o desenvolvimento, a aplicação e os conceitos relacionados às políticas de informação no contexto arquivístico, aplicadas às instituições brasileiras. Para isso define-se os seguintes objetivos específicos: a) mapear as abordagens e terminologias utilizadas na literatura para a aplicação de políticas de informação em arquivos; b) identificar tendências, metodologias, técnicas e enfoques recorrentes nas pesquisas acadêmicas sobre políticas de informação em arquivos; c) explorar os impactos relatados dessas políticas em diferentes cenários arquivísticos, destacando desafios e contribuições; e d) investigar padrões, lacunas e perspectivas dos estudos sobre políticas de informação no contexto arquivístico.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de mapear evidências científicas que subsidiem a formulação de políticas de informação eficazes e alinhadas às necessidades das IFES. Além disso, ao abordar o tema sob uma perspectiva crítica e sistemática, busca-se contribuir para a reflexão sobre as implicações teóricas e práticas da implementação dessas políticas, preenchendo lacunas e ampliando o debate acadêmico. Assim, a pesquisa reforça a importância de compreender como as políticas de informação podem transformar a gestão arquivística e promover melhores práticas no campo profissional e no campo científico a geração de novos conhecimentos.

2 Metodologia

Esta pesquisa é uma revisão sistemática de literatura classificada como uma pesquisa exploratória e descritiva de caráter bibliográfico na qual foram analisados qualitativamente artigos recuperados na Base de Dados em Ciência da Informação, a BRAPCI, escolhida principalmente

por ter um acervo importante na área de informação facilitando a identificação de pesquisas sobre políticas de informação em arquivos no Brasil.

Inicialmente, utilizou-se a ferramenta de inteligência artificial ChatGPT para elaborar e testar uma *string* de busca com operadores booleanos, com o objetivo de obter uma recuperação mais eficiente de informações pertinentes à pesquisa, focada em políticas de informação em arquivos. A *string* incluía termos relevantes, como "gestão de documentos" e "políticas arquivísticas", estruturados da seguinte forma: [("políticas de informação" OR "gestão documental" OR "políticas arquivísticas") AND ("gestão de documentos" OR arquivos OR arquivologia)]. Contudo, devido à complexidade e especificidade da formulação, os resultados obtidos foram insatisfatórios, indicando que a abordagem inicial se mostrou excessivamente restritiva para os objetivos pretendidos.

No dia 16 de dezembro de 2024, realizando login por meio do ORCID, foi gerada uma planilha em formato CSV como resultado de uma busca na BRAPCI utilizando a *string* de busca [Política* de informação AND Arquivos], no qual foi convertida na aplicação Google Planilhas para iniciar a triagem de trabalhos com base nos seguintes critérios de inclusão e exclusão.

Critérios de inclusão:

1. artigos científicos e *proceedings*;
2. artigos redigidos em português, inglês e espanhol;
3. publicações em qualquer ano.
4. Publicações com os termos: Políticas de informação e/ou Políticas informacionais e Arquivos; Publicações com termos de política em alguma área de arquivo serão considerados para verificação em segunda etapa se contém os termos políticas de informação ou relacionados no seu desenvolvimento.
5. Base de dados que permite a extração de metadados em formato CSV.

Critérios de exclusão:

1. trabalhos fora do escopo de políticas de informação voltadas aos arquivos;
2. publicações duplicadas;
3. textos de opinião sem embasamento acadêmico.
4. artigos que não estivessem diretamente relacionados à temática de interesse;
5. artigos em que não se teve acesso ao texto na íntegra;
6. artigos repetidos.
7. publicações científicas que não estão redigidas em inglês, português ou espanhol.
8. publicações que não apresentem os termos de busca no título, resumo ou palavras-chave.
9. publicações sem acesso ao documento completo.
10. publicações que não apresentem método, técnica ou metodologia do estudo.
11. publicações apresentadas nos formatos: pôsteres, palestras, workshop.

Na planilha gerada para mineração dos dados verificou-se se os trabalhos estavam duplicados e se abordavam políticas de informação e seus termos correlatos no título, palavras-chave e resumo. Também foi analisado o uso dos termos “políticas de informação”, “arquivos” nos elementos essenciais dos trabalhos e sua relação direta com os objetivos da pesquisa.

Posteriormente, foram avaliados os trabalhos que avançaram na primeira etapa, verificando se contemplavam a temática, ainda que de forma indireta. Essa etapa incluiu a análise do acesso integral aos documentos, das metodologias empregadas, das técnicas utilizadas, bem como dos seguintes aspectos:

1. O texto utiliza explicitamente os termos "políticas de informação", "política de informação", "política informacional" ou "políticas informacionais"?
2. Há distinção clara entre "políticas" e "políticas de informação"?

3. Quais são os principais aspectos relacionados ao tema de políticas de informação abordados?
4. O estudo sugere pesquisas futuras ou identifica padrões, tendências e lacunas sobre as políticas de informação?
5. Quais são os autores e referências mais citados no campo das políticas de informação?

3 Seleção e Avaliação de Estudos Relevantes

Seguindo as diretrizes estabelecidas pelo fluxo PRISMA, realizou-se uma busca abrangente na base de dados BRAPCI, resultando na identificação inicial de 175 trabalhos no intervalo de anos de 1977 a 2024. Como primeira etapa, procedeu-se à triagem de estudos duplicados, identificando seis trabalhos repetidos, realizando em sequência a análise dos títulos, palavras-chave e resumos dos trabalhos restantes, com o objetivo de verificar a aderência dos estudos ao escopo da pesquisa.

Durante essa fase, foram excluídos 147 trabalhos que não atendiam aos critérios estabelecidos, por tratarem de temas alheios às políticas de informação ou por não apresentarem relevância ou aplicabilidade ao contexto dos arquivos. Somente cinco dos trabalhos foram selecionados de forma direta, ou seja, contemplaram título, resumo e palavras-chave com os termos de Políticas de informação e/ou Políticas informacionais e Arquivos, no entanto, dezessete trabalhos foram incluídos indiretamente para a segunda etapa, pois tratavam sobre políticas de informação em arquivos, utilizando de termos relacionados ao tema em algum dos elementos essenciais avaliados como: política(s), política(s) de informação, política informacional e regime de informação, restando apenas 22 trabalhos para a segunda fase.

Na segunda triagem os 22 trabalhos estavam acessíveis na íntegra, no entanto em quatro deles não tratavam sobre políticas de informação. Ao final, considerando a retirada dos trabalhos duplicados, esta amostra conteve 169 trabalhos avaliados, restaram 18 trabalhos produzidos entre 2008 e 2023 que atenderam as exigências desta pesquisa, o equivalente a 10% dos resultados da

busca, sendo 12 artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais e 6 proceedings apresentados no Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB).

Quadro 1 - Trabalhos selecionados na revisão sistemática

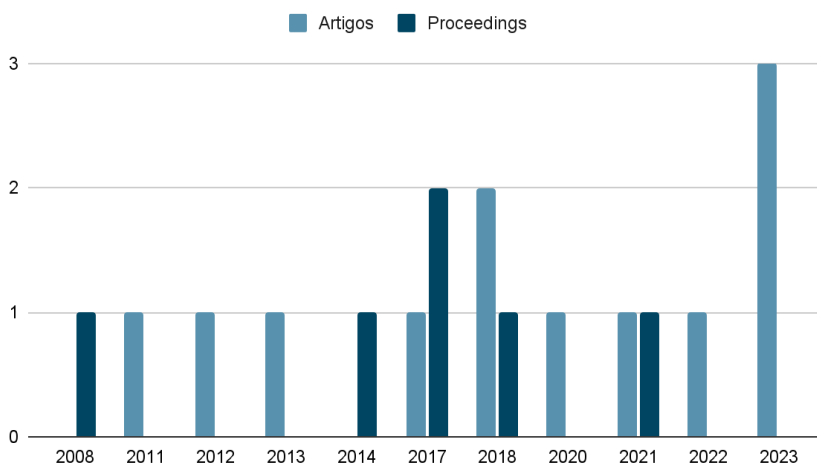
Ano	Título	Autores	Evento/Periódicos
2008	Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006)	José Maria Jardim	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
2011	Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada	José Maria Jardim	Liinc em revista
2012	Regime de informação dos sistemas de arquivos das universidades públicas do Brasil; Regímenes de la información de los sistemas de archivos de las universidades públicas de Brasil	Leonina Amanda Feitoza; Terezinha Elizabeth da Silva;	Informação@Profissões
2013	De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo Federal	José Maria Jardim	Ciência da Informação
2014	Uma política pública informacional em arquivos: a atuação do APEES	Luiz Carlos Silva; Renato Pinto Venâncio	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
2017	Proposta para a política e o sistema de arquivos da universidade federal fluminense	José Maria Jardim; Igor José Garcez	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
2017	Políticas públicas e legislação arquivística no Brasil	Cíntia Aparecida Chagas Arreguy; Renato Pinto Venâncio	Informação Arquivística
2017	A pertinência epistemológica da ciência da informação para a análise da relação entre políticas públicas de arquivo e políticas públicas de patrimônio cultural no Brasil	Evelin Melo Mintegui; Cezar Karpinski	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação

2018	A identificação da política arquivística como política de informação: os arquivos públicos municipais da região metropolitana de vitória - es	Luiz Carlos Silva; Renato Pinto Venâncio	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
2018	Pontos de convergência entre as Políticas de Informação em Saúde e a Arquivologia: a Gestão de Documentos no 2º PlaDITIS para as inovações nos serviços de saúde	Luiz Conrado de Farias Neto; Gillian Queiroga; Francisco José Aragão Pedroza Cunha	Archeion Online
2018	Política de indexação em arquivos de instituições de saúde	Mariângela Spotti Lopes Fujita; Sonia Maria Troitiño Rodriguez	Informação em Pauta
2020	Políticas de informação ergonômicas voltadas ao trabalhador de arquivos e bibliotecas	Joana Coeli Ribeiro Garcia; Marília Vital Ribeiro	Biblios (Peru)
2021	Análise de políticas públicas e regime de informação: considerações para a escolha de abordagem em estudo sobre uma instância representativa do setor de arquivos	Evelin Melo Mintegui; Cezar Karpinski	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
2021	Políticas Públicas Arquivísticas numa sondagem com a BRAPCI: um mapeamento de comunicação científica brasileira em ciência da informação	Luiz Carlos Silva; Rosa da Penha Ferreira da Costa; Marcelo Calderari Miguel	Ágora: Arquivologia em debate
2022	Política de gestão de acervos: arquivo da Fundação Oswaldo Cruz	Carolina Ferreira; Ana Beatriz Santana	Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação
2023	Políticas públicas de acesso à informação em saúde: uma análise sob o viés da Arquivologia	Noadya Tamillys Oliveira Duarte Gerbasi; Sanderson Lopes Dorneles; Manuela Eugênio Maia	Em Questão
2023	A política nacional de arquivos fora da pauta: uma análise das reuniões plenárias do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)	Rafael Chaves Ferreira; Rodrigo Moreno Marques	Ágora: Arquivologia em debate
2023	O Lugar da Memória na Elaboração da Política Arquivística e de Preservação: um estudo realizado à luz da Ciência da Informação	Ingrid Lima Euzébio; Meri Nádia Marques Gerlin; Luiz Carlos Silva; Luiz Carlos da Silva	Brazilian Journal of Information Science

Fonte: Elaborado pelos autores

Diante de uma produção recuperada de 2008 a 2023, numa relação de 28 autores, alguns se destacaram tanto pelo tempo em que trabalham com a temática de políticas quanto pela produção, como José Maria Jardim com quatro trabalhos entre 2008 e 2017 e Luiz Carlos da Silva com quatro trabalhos entre 2014 e 2023, elaborados de forma individual ou em parceria na temática de políticas de informação em arquivos a nível nacional, na esfera pública do poder executivo federal e municipal, no âmbito de instituições federais de ensino superior e da área de memória e preservação. Outros autores trataram das políticas de informação no contexto arquivístico nacional, patrimônio cultural, acesso à informação, gestão de acervos, os regimes de informação nos arquivos e interdisciplinaridade em áreas como saúde.

Gráfico 1: Produção por ano e formatos



Fonte: Elaborado pelos autores

A forma como esses trabalhos são indexados dificulta a recuperação nas bases de dados, pois o termo política de informação e suas variações aparecem de diversas formas, inclusive omitidos nos elementos essenciais dos trabalhos acadêmicos, sendo citadas em seis títulos, nove palavras-chave e oito resumos, tratando por várias vezes apenas como políticas em algum momento sem especificar que são de informação, classificando com outras terminologias como:

Quadro 2 - Uso dos termos relacionados na indexação dos trabalhos recuperados

Elementos	Terminologias
Título	Política arquivística Política Arquivística e de Preservação Política de gestão de acervos Política de indexação em arquivos Política e o sistema de arquivos Política nacional de arquivos Política pública informacional Políticas arquivísticas Políticas nacionais de arquivos Políticas Públicas Arquivísticas Políticas públicas de acesso à informação em saúde Políticas públicas de arquivo e políticas públicas de patrimônio Políticas públicas e legislação arquivística no Brasil Políticas públicas e regime de informação
Palavras-chave	Política arquivística Política de indexação Política de organização do acervo Política de preservação Política pública Política pública arquivística; Política pública de arquivo; Políticas públicas arquivísticas; Políticas públicas de arquivo
Resumo	Política arquivística institucionalizada Política Nacional de informação Política pública de arquivo; Política pública e política pública arquivística Políticas Arquivísticas Políticas de gestão documental Políticas de organização de acervo. Políticas nacionais de arquivos no Brasil e Espanha Políticas públicas arquivísticas Políticas públicas informacionais Políticas públicas voltadas para os arquivos

Fonte: Elaborado pelos autores

Os trabalhos selecionados utilizaram diversas terminologias como sinônimos para políticas de informação, enfatizando sua relevância na organização e aplicação para garantir a disseminação e disponibilização eficiente e eficaz do acesso aos documentos, independentemente do suporte. Essas políticas muitas vezes são concebidas e implementadas de forma isolada, sem considerar outras políticas públicas de informação existentes.

Os conceitos de regimes de informação como de Gonzalez de Gomez, Frohmann e Braman foram utilizados para discutir às interseções entre políticas públicas de arquivo, Ciência da informação e de patrimônio cultural, destacando a importância da informação e das inter-relações entre Estado, cidadãos e normas. As políticas de informação, por meio de diretrizes e normas, organizam e promovem o acesso a documentos, refletindo diretamente as características do cotidiano administrativo e abordando o papel da informação nas relações de poder. Essas diretrizes explícitas, oriundas do Estado ou de organizações formais, orientam a gestão e o controle da informação, conectando memória e legislação e evidenciando seu impacto no campo das políticas públicas, destacando que uma política de informação transcende um conjunto de programas de trabalho, sendo essencial para a articulação entre gestão da informação, memória e outras políticas públicas.

Os artigos analisados utilizam metodologias predominantemente qualitativas, descritivas e exploratórias, com foco na análise das políticas arquivísticas e de gestão documental em variados contextos institucionais. Essas abordagens possibilitam compreender fenômenos sociais, identificar lacunas e mapear tendências no campo arquivístico. A interdisciplinaridade é uma característica marcante, com contribuições de áreas como Arquivologia, Ciência da Informação e Administração, integrando teoria e prática nas investigações. As metodologias incluem revisão bibliográfica e documental, estudo de casos e análise de políticas públicas.

Os métodos empregados abrangem análise documental, entrevistas, questionários e estudos comparativos. A análise documental foi aplicada a atas, relatórios institucionais e planos de desenvolvimento (PDI), permitindo compreender práticas arquivísticas e políticas públicas. Entrevistas e questionários captaram percepções de gestores e profissionais sobre a estruturação e

a eficácia das políticas arquivísticas, enquanto estudos comparativos investigaram semelhanças e diferenças entre contextos, como Brasil e Espanha.

As técnicas utilizadas incluíram observação direta para complementar entrevistas, análise de conteúdo de Laurence Bardin para categorizar dados, e ferramentas como análise de redes semânticas e bibliométricas para explorar relações entre conceitos e avaliar tendências científicas. Esses recursos, aplicados de forma combinada, destacam a complexidade e a riqueza das investigações, permitindo uma compreensão abrangente das políticas arquivísticas e de sua implementação.

Na maioria dos trabalhos analisados foi possível observar a diferenciação entre "políticas" e "políticas de informação", sendo aquelas em um sentido geral, representando um conjunto amplo de diretrizes e ações voltadas para atender às necessidades sociais, econômicas ou culturais, abrangendo diversas áreas, enquanto as políticas de informação são mais específicas, focando na gestão, acesso, disseminação, preservação e uso da informação.

Essa diferenciação também se estende às políticas arquivísticas, que são vistas como um subconjunto das políticas de informação, direcionadas especificamente à gestão de documentos e arquivos. Por outro lado, as políticas de informação são descritas como mais abrangentes, englobando questões relacionadas ao acesso à informação, produção científica e apoio à administração pública. Em alguns contextos, destaca-se que as políticas arquivísticas não são concebidas de forma plenamente integrada às políticas de informação, o que pode limitar sua eficácia.

Além disso, as políticas de informação são apresentadas como instrumentos que se interseccionam com outras políticas públicas, como segurança da informação e dados abertos. Elas são essenciais para garantir o direito ao acesso à informação e alinham-se às demandas sociais, mediando a relação entre governo e sociedade.

A distinção clara entre políticas, políticas arquivísticas e políticas de informação é crucial para entender os diferentes níveis de governança informacional. No entanto, é necessário fomentar a integração entre as políticas arquivísticas e as políticas de informação mais amplas, assegurando

que ambas se alinhem às necessidades institucionais e aos direitos da sociedade, promovendo um ecossistema informacional coeso e eficiente.

4 Análise dos Dados

Em 2008, José Maria Jardim apontava para uma escassa literatura sobre políticas informacionais, especialmente no que diz respeito às políticas públicas arquivísticas. Uma lacuna significativa, limitando a capacidade de subsidiar ações do Estado e da sociedade civil na formulação, implantação e avaliação dessas políticas, necessitando de reflexões que pudessem subsidiar a formulação da política nacional de arquivos e outras políticas públicas informacionais no Brasil, devendo estas serem analisadas criticamente, considerando não apenas a produção e organização da informação, mas também as relações de poder e as implicações sociais dessas políticas, introduzindo a noção de regime de informação a fim de explorar como as informações são geradas e transferidas em diferentes contextos, o que pode abrir novas linhas de pesquisa sobre a dinâmica das políticas de informação. Outro ponto era o desenvolvimento de conceitos e teorias que possam orientar a análise das políticas de informação, reconhecendo a necessidade de uma abordagem multidisciplinar que considere a complexidade do fenômeno informacional (Jardim, 2008).

Na década de 2010, os estudos sobre políticas de informação e arquivísticas no Brasil avançaram, mas ainda evidenciavam lacunas teóricas e metodológicas que limitavam sua efetividade. Desde o início da década, autores como Jardim (2011) destacaram a ausência de um quadro conceitual sólido para a análise das políticas públicas de informação, ressaltando a necessidade de avaliar as políticas já implementadas e os obstáculos para sua formulação. O autor também apontou a importância das micropolíticas informacionais, isto é, ações locais e informais que impactam a gestão da informação (GI). Souza, Dias e Nassif (2011, p. 59) afirmam que a GI “envolve os estudos e práticas gerenciais que permitem a construção, a disseminação e o uso da informação”, sendo essas ações fundamentais mesmo sem respaldo de políticas institucionais, pois estas ganham relevância no contexto informacional, “movendo o lócus da política de informação para o território de ações dos variados segmentos da vida social” (Jardim, 2011).

Em 2012, Feitoza, Silva e Silva reforçaram essa percepção ao evidenciar a escassez de literatura sobre práticas arquivísticas e a falta de normas e diretrizes nos Sistemas de Arquivos, o que indicava uma gestão documental deficiente. A pesquisa indicava que as políticas de informação frequentemente não atendiam às necessidades arquivísticas, sugerindo a necessidade de reformulação e maior integração normativa (Feitoza; Silva; Silva, 2012).

Jardim (2013) aprofundou sua análise, destacando que as relações de poder exercidas sobre políticas de informação influenciam a seleção documental, reforçando a necessidade de um aparato metodológico mais robusto para análise dessas políticas. Ele argumentou que a Arquivologia ainda carecia de reflexões teóricas consistentes sobre políticas informacionais.

Em 2014, Silva e Venâncio ressaltaram que a carência de literatura sobre políticas públicas informacionais persistia, especialmente no que tange às políticas arquivísticas. A falta de integração entre essas áreas comprometia a eficácia da gestão documental. O estudo analisou casos concretos, como as iniciativas do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), sugerindo que a implementação de editais e mecanismos de atendimento à demanda social poderiam fortalecer a gestão documental e contribuir para a construção de políticas mais eficazes (Silva; Venâncio, 2014).

No ano de 2017, Arreguy e Venâncio enfatizaram a necessidade de ampliar as investigações sobre a eficácia das políticas arquivísticas e sua flexibilidade. Foi sugerido que políticas mais adaptáveis poderiam garantir um acesso mais eficiente aos documentos, além de fortalecer a relação entre políticas arquivísticas e outras políticas de informação (Arreguy; Venâncio, 2017). José Maria Jardim retomou esse debate ao afirmar que a ausência de um debate aprofundado sobre políticas públicas arquivísticas dificultava sua implementação de maneira integrada às políticas de informação mais amplas. Nesse mesmo ano, Jardim e Garcez (2017) destacaram a falta de clareza sobre as responsabilidades dos agentes públicos na execução dessas políticas, o que gerava desafios na implementação e na continuidade das ações.

Já em 2018, Silva e Venâncio voltaram a abordar as lacunas na regulamentação das políticas de informação, destacando a carência de normativas municipais. Os autores sugeriram que os arquivos estaduais atuassem como observatórios para realizar diagnósticos sobre políticas

arquivísticas municipais, promovendo um entendimento mais estruturado dessas práticas. Eles também indicaram a necessidade de desenvolvimento de modelos e guias pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) para a padronização dos serviços municipais de protocolo (Silva; Venâncio, 2018). Nesse mesmo ano, Farias Neto, Queiroga e Cunha analisaram a política informacional no setor da saúde, evidenciando a falta de referência dos princípios arquivísticos no 2º Plano Diretor para o Desenvolvimento da Informação e Tecnologia de Informação em Saúde (2º PlaDITIS). Eles sugeriram um aprofundamento na relação entre gestão documental e políticas de informação na saúde, indicando que futuras pesquisas deveriam explorar essa interconexão (Farias Neto; Queiroga; Cunha, 2018).

Nos últimos cinco anos, a pesquisa sobre a relação entre políticas de informação e arquivos tem avançado significativamente, identificando lacunas e propondo novas abordagens. Em 2020, Garcia e Ribeiro destacaram a necessidade de estudos interdisciplinares, enfatizando a relação entre ergonomia, ciência da informação e políticas de informação no contexto arquivístico e biblioteconômico. Além disso, ressaltaram a importância de políticas de informação ergonômicas, a análise das condições de trabalho e a integração dessas políticas ao planejamento estratégico das organizações (Garcia and Ribeiro 2021).

Em 2021, Mintegui e Karpinski apontaram a limitação histórica dos estudos sobre políticas de informação, que tendiam a focar exclusivamente nas diretrizes estatais, sem considerar as relações de poder e a ação social. O conceito de regime de informação foi apresentado como uma alternativa para integrar diferentes dimensões estruturais e sociais, ampliando o escopo de análise (Mintegui e Karpinski 2021). No mesmo ano, Silva, Costa e Miguel (2021) reforçaram a necessidade de expandir o mapeamento da produção científica na área, indicando que a diversidade de abordagens ainda é incipiente e que a pesquisa deve explorar mais profundamente as políticas públicas de informação e arquivísticas.

Em 2022, Ferreira e Santana enfatizaram a necessidade de pesquisas contínuas e de uma logística interna adequada para a implementação eficaz de políticas de informação. Destacaram a valorização do acesso aberto e a disseminação da informação como tendências emergentes, além da necessidade de aprimoramento das políticas que garantem esse acesso (Ferreira e Santana

2022). Em 2023, Gerbasi, Dorneles e Maia analisaram a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde, apontando a necessidade de ajustes na gestão de documentos e a importância da integração entre Arquivologia e Saúde. Além disso, identificaram lacunas na formação e no mapeamento de profissionais arquivistas atuantes no SUS, sugerindo diálogos interdisciplinares para fortalecer as políticas de informação (Gerbasi, Dorneles e Maia 2023). No mesmo ano, Euzébio, Gerlin e Silva (2023) destacaram a necessidade de ampliar as pesquisas sobre políticas arquivísticas, especialmente no que tange à preservação e à memória institucional, defendendo uma maior articulação entre teoria e prática para fortalecer essas políticas. Ainda em 2023, Ferreira e Marques revisitaram a literatura sobre políticas de informação, apontando a necessidade de superar a visão estritamente governamental e técnica predominante até a década de 1990 (Ferreira e Marques 2023). O avanço das tecnologias da informação e comunicação tem impulsionado novas concepções, ampliando a abordagem para incluir dimensões sociais e políticas, além de enfatizar a interdisciplinaridade como caminho para uma compreensão mais abrangente das políticas de informação.

Esses estudos indicam que a pesquisa na área tem se expandido e diversificado, mas ainda há desafios a serem enfrentados, especialmente no que diz respeito à implementação eficaz das políticas, sua integração com diferentes setores e a necessidade de um aprofundamento teórico e metodológico sobre o tema.

5 Considerações Finais

Essa pesquisa reforça a importância das políticas de informação para a organização, acesso e preservação documental, destacando sua estreita relação com as políticas arquivísticas. Constatou-se que o termo "políticas arquivísticas" é amplamente utilizado no campo dos arquivos, mas muitas vezes sem uma conexão explícita com a noção mais ampla de políticas de informação. A pesquisa evidenciou que, embora existam diversas políticas voltadas à gestão de arquivos, ainda há uma carência de diretrizes que contemplem de forma integrada o acesso, a mediação e o desenvolvimento de competências informacionais.

Ao longo da década de 2010, estudos apontaram para a necessidade de maior articulação entre políticas arquivísticas e políticas de informação, visando à ampliação da efetividade dessas diretrizes. No entanto, desafios persistem, como a ausência de normatizações consolidadas, a fragmentação de abordagens e a escassez de pesquisas que fundamentam um arcabouço teórico e metodológico robusto para orientar a formulação e a avaliação dessas políticas. A literatura da área destaca que a integração entre políticas arquivísticas e informacionais tem sido cada vez mais reconhecida como essencial para uma gestão eficaz da informação.

Com base na perspectiva apresentada por Jardim (2011), destaca-se a relevância das micropolíticas no cenário das políticas institucionais. Contrariando uma visão simplificada e linear, a macropolítica não emerge como um produto meramente formal de decisões hierárquicas, direta e completa, mas sim como o resultado complexo da interação, negociação e, por vezes, contestação de múltiplas micropolíticas. Isso significa que as grandes diretrizes e leis são, na prática, moldadas e ressignificadas pelas dinâmicas cotidianas, pelas relações de poder informais e pelas resistências ou adesões que ocorrem nos níveis operacionais e setoriais de uma organização.

Nesse contexto dinâmico, as ações da Gestão da Informação — que englobam a criação, coleta, organização, processamento, armazenamento, disseminação, o acesso e o uso dos dados e documentos — são particularmente suscetíveis às influências micropolíticas. Por exemplo, a efetividade de uma política de criação padronizada de documentos (ação de criação) pode ser impactada pela cultura de uso de sistemas informais.

De forma semelhante, as micropolíticas de compartilhamento de conhecimento em um departamento (ação de disseminação) podem tanto potencializar quanto *restringir* o fluxo informacional, independentemente das diretrizes macro de transparência. Assim, compreender e gerenciar essas forças micropolíticas é essencial para o sucesso e a real implementação de qualquer política informacional.

Autores como Silva e Venâncio (2018) ressaltam a necessidade de políticas de informação que regulem a produção, organização, armazenamento e acesso aos documentos, enquanto Mintegui e Karpinski (2017) enfatizam a contribuição da Ciência da Informação para a análise das políticas públicas e suas dimensões teórico-metodológicas.

A pesquisa também identificou que, entre 2017 e 2023, foram publicados apenas dez trabalhos específicos sobre políticas de informação em arquivos, demonstrando a lacuna existente no campo. No contexto das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a Rede de Arquivistas e Técnicos de Arquivo das IFES, uma organização coletiva criada em 2009, funcionando como uma comunidade de práticas, se torna um espaço relevante para troca de experiências e construção de diretrizes que possam servir como modelo nacional para implementação de políticas arquivísticas e informacionais.

Estudos como os de Jardim (2013) sugerem que experiências nacionais e internacionais podem fornecer referências valiosas para a formulação de políticas mais eficazes. Jardim e Garcez (2017) reforçam a necessidade da Arquivologia se engajar mais ativamente na pesquisa e no desenvolvimento de sistemas arquivísticos alinhados às políticas de informação. A análise de casos específicos, como as inovações no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) destacadas por Silva e Venâncio (2014), oferece insights sobre a implementação dessas políticas e seus impactos.

A falta de transversalidade entre políticas de informação e políticas arquivísticas compromete a eficácia das ações implementadas, demonstrando a necessidade de maior integração entre essas diretrizes. Assim, a pesquisa conclui que há uma demanda crescente por pesquisas que aprofundem a compreensão sobre essa inter-relação, com pesquisas teórico-metodológicas, o compartilhamento de práticas como modelos e instrumentos, subsidiando a construção de políticas mais coerentes e eficazes para o campo arquivístico e informacional. O fortalecimento da articulação entre diferentes atores, a realização de diagnósticos mais detalhados e o desenvolvimento de padrões para as IFES e outras instituições públicas são caminhos promissores para aprimorar a governança da informação no Brasil.

Referências

- Arreguy, Cintia Aparecida Chagas, and Renato Pinto Venâncio. “Políticas públicas e legislação arquivística no Brasil.” *Informação Arquivística*, vol. 6, no. 2, 2017.
- Euzebio, Ingrid Lima et al. “O lugar da memória na elaboração da política arquivística e de preservação: um estudo realizado à luz da ciência da informação.” *Brazilian Journal of Information Science*, vol. 17, 2023.
- Farias Neto, Luiz Conrado de et al. “Pontos de convergência entre as Políticas de Informação em Saúde e a Arquivologia: a Gestão de Documentos no 2º PlaDITIS para as inovações nos serviços de saúde.” *Archeion Online*, vol. 6, no. 1, 2018.
- Feitoza, Leonina Amanda, and Terezinha Elisabeth da Silva. “Regime de informação dos sistemas de arquivos das universidades públicas do Brasil; Regímenes de la información de los sistemas de archivos de las universidades públicas de Brasil.” *Informação@Profissões*, vol. 1, no. 1/2, 2012.
- Ferreira Ribeiro, Carolina Maria, and Ana Beatriz da Silva Santana. “Política de gestão de acervos: arquivo da Fundação Oswaldo Cruz.” *Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação*, vol. 9, no. esp, 2022.
- Ferreira, Rafael Chaves, and Rodrigo Moreno Marques. “A política nacional de arquivos fora da pauta: uma análise das reuniões plenárias do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).” *Ágora: Arquivologia em Debate*, vol. 33, no. 66, 2023.
- Garcia, Joana Coeli Ribeiro, and Marília Vital Ribeiro. “Políticas de informação ergonômicas voltadas ao trabalhador de arquivos e bibliotecas.” *Biblios*, no. 80, 2021, pp. 1–14
- Gerbasí, Noadya Tamillys Oliveira Duarte et al. “Políticas públicas de acesso à informação em saúde: uma análise sob o viés da arquivologia.” *Em Questão*, vol. 29, 2023.
- Jardim, José Maria, and Igor José Garcez. “Proposta para a política e o sistema de arquivos da Universidade Federal Fluminense.” *XVIII Encontro Nacional De Pesquisa em Ciência da Informação*, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2017.
- Jardim, José Maria. “Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006).” *IX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação*, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2008.
- Jardim, José Maria. “Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada.” *Liinc em revista*, vol. 7, no. 1, 2011.
- Jardim, José Maria. “De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no poder executivo federal.” *Ciência da Informação*, vol. 42, no. 1, 2013.

- Mintegui, Evelin Melo, and Cezar Karpinski. “A pertinência epistemológica da ciência da informação para a análise da relação entre políticas públicas de arquivo e políticas públicas de patrimônio cultural no Brasil. *XVIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação*, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2017.
- Mintegui, Evelin Melo, and Cezar Karpinski. “Análise de políticas públicas e regime de informação: considerações para a escolha de abordagem em estudo sobre uma instância representativa do setor de arquivos.” *XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação*, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2021.
- Silva, Luiz Carlos et al. “Políticas Públicas Arquivísticas numa sondagem com a BRAPCI: um mapeamento de comunicação científica brasileira em ciência da informação.” *Agora: Arquivologia em Debate*, vol. 31, no. 62, 2021.
- Silva, Luiz Carlos da, and Renato Pinto Venâncio. “Uma política pública informacional em arquivos: a atuação do APEES.” *XV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação*, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2014.
- Silva, Luiz Carlos da, and Renato Pinto Venâncio. “A identificação da política arquivística como política de informação: os arquivos públicos municipais da região metropolitana de Vitória – ES.” *XIX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação*, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2018.
- Souza, Edivanio Duarte de et al. “A Gestão da Informação e do Conhecimento na Ciência da Informação: perspectivas Teóricas e Práticas Organizacionais.” *Informação & Sociedade*, vol 21, no. 1, 2011.

Copyright: © 2026 AZEVEDO FILHO, François Braga de; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; SAEGER, Márcia Maria de Medeiros Travassos. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.

Submetido: 25/11/2025

Aceito: 06/04/2026